

**A CIDADE E O “MAL NECESSÁRIO”:
ZONA DE PROSTITUIÇÃO, MARGINALIDADE SOCIAL E DISPUTA
PELOS ESPAÇOS URBANOS (POUSO ALEGRE-MG, 1969-1988)***

Eduardo Moreira Assis**

Resumo: Este artigo discute a tensa relação estabelecida entre a cidade sul-mineira de Pouso Alegre e sua zona de prostituição entre os anos de 1969 a 1988, marcados por uma campanha moral contra a zona de prostituição e pela experiência da cidade frente à “modernidade” e o “progresso”, reforçando fronteiras invisíveis e preconceitos através de representações sociais negativas ou baseadas no conceito de “mal necessário”.

Palavras-chaves: zona de prostituição e território urbano; preconceito e fronteiras simbólicas; história oral e imprensa

“A cidade é uma pessoa, feita de pessoas que ela modela.”
Jacques Le-Goff

“Moralidade é simplesmente uma atitude que adotamos frente às pessoas que não gostamos.”
Oscar Wilde

Cidade, lugar de fronteiras

Os objetivos deste artigo centram-se no estudo das relações entre a prostituição e a cidade sul-mineira de Pouso Alegre ao longo de um recorte estendido de 1969 a 1988, período em que coincidem a intensificação das transformações nos espaços urbanos, decorrentes do processo de industrialização do município, e uma ruidosa polêmica que centrou seu poder de fogo no combate à zona de prostituição, localizada na região central, recorrendo às mais variadas imagens para referenciar a prostituição na cidade que se tornava objeto de disputas.

Percebidas como instrumentos de interpretação da realidade formulados por determinado grupo social na tentativa de transformar um dado que lhe é desconhecido em algo conhecido, e assim, passível de compreensão (MOSCOVICI, 2002, p. 167-214), estas imagens empregadas contra a zona visaram manter fronteiras simbólicas e práticas cotidianas de exclusão, as quais, durante décadas, encontraram nos preconceitos – tipo particular de juízo provisório formulado na vida cotidiana, relacionado a ultra-generalizações que se cristalizam como axioma negativo

* Este artigo apresenta os resultados da pesquisa de mestrado “A cidade e o ‘mal necessário’: zona de prostituição e marginalidade social em Pouso Alegre-MG (1969-1988)”, defendida na PUC-SP em junho de 2005, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Estefânia Knotz Canguçu Fraga, com bolsa CNPq.

** Mestre em História Social pela PUC-SP e professor no Colégio Sinapse – Sistema Anglo de Ensino, em São Gonçalo do Sapucaí-MG. Dados pessoais: Avenida Irmã Tosta, 01, Esplanada, Pouso Alegre-MG, 37550-000; fone: (35) 3425-8512; moreiraassis.mg@uol.com.br.

passando por cima das particularidades dos seus objetos de pré-conceito (HELLER, 2000, p. 43-63) – um mecanismo de distinção de identidades e papéis sociais na cidade, pensada como “categoria da prática social” (RONCAYOLO, 1986, p. 400), exatamente por exibir a maneira como as relações entre os sujeitos históricos foram tecidas através da articulação, distribuição e circulação deles sobre seus espaços, para o que as fontes vêm revelar a cidade *através e por detrás* das representações que os diferentes sujeitos fizeram dela, dos espaços que ocuparam e daqueles que pretenderam ocupar, bem como de seus moradores e de si próprios.

Por isso, a cidade não é encarada como palco de transformações, nem como arena na qual desenrolaram-se tais tensões que encontraram nos discursos moral e do progresso e na industrialização do município os meios para fazer da zona um de seus grandes problemas; é personagem, porque espaço vivenciado e vivificado pelos intercâmbios entre os sujeitos que nela circulam; é produto, porque estas relações contribuem para com o seu caráter indefinível e mutante, pois em construção permanente (ROLNIK, 1981, p. 21-22).

Neste sentido, a zona de prostituição é problematizada enquanto território urbano, lugar culturalmente constituído (ROLNIK, 1992, p. 27-29), cuja identidade, seus laços de sociabilidades, seus referenciais de memória e de pertencimento, encontraram reforço no confinamento que a cidade lhe impingiu e na relação de utilidade social que recaía sobre a prostituição, então.

Empregando a História Oral como metodologia de pesquisa, foram trabalhados os depoimentos de pessoas cujas trajetórias tocaram o tema em maior ou menor intensidade, como ex-prefeitos, o vereador redator do Projeto de Lei que pedia o fechamento da Zona, vizinhos do meretrício, comerciantes e prestadores de serviços, bem como pessoas que conheciam a história de Pouso Alegre e as muitas histórias sobre a Zona, além de ex-prostitutas e ex-“donas de casa”, entrecruzados com uma documentação vasta que incluiu fontes impressas, oficiais, cartográficas e memórias escritas, no sentido de tecer uma urdidura de pontos de vista capaz de trazer à tona a importância e os significados da zona de prostituição para a cidade de Pouso Alegre, captando nas tensões a distensão entre o “novo” e o “velho”, o “moderno” e o “antigo”.

Entre a cruz e a espada: a recusa à zona de prostituição

Estendida entre os anos de 1969 e 1982, a briga pelo fim da zona no centro da cidade acompanhou as transformações que definiram o novo perfil econômico de Pouso Alegre, do qual

a expansão do núcleo urbano e as modificações infra-estruturais intensificadas no município no final da década de 1960⁷⁵ foram reflexos.

Exploradas pela imprensa local, tais modificações serviram para a construção de um discurso que enfatizava para a população de Pouso Alegre a imagem da “cidade vitrine” e de um lugar cuja prosperidade estava expressa nas ruas, através das novas construções e dos limites que se expandiam, prevalecendo uma referência harmoniosa e homogeneizadora em detrimento da multiplicidade da cidade, heterogênea, plural (MATOS, 2002, p. 34), cujo cotidiano é pontilhado por tensões e desacordos, conflitos, confrontos e resistências (DIAS, 1995, p. 14-15), algo que a construção da primeira estação rodoviária pouso-alegrense descortinou de forma exemplar.

Antes mesmo da inauguração de suas instalações, em 19 de Outubro de 1969, data de aniversário da cidade, ou mesmo antes de seu funcionamento definitivo a obra já era vista como expressão de mudança e exemplo de um novo tempo para Pouso Alegre, recaindo sobre ela a função de refletir todo o progresso que o município desfrutaria a partir de seu “surto de desenvolvimento” (GOUVÊA, 1998, p. 89), para o que a localização geográfica foi amplamente apontada pelos jornais como a responsável por fazer da cidade “o maior centro rodoviário do sul de Minas, com um movimento de mais de 130 horários de ônibus diários”.⁷⁶

A quem chegasse ou mesmo passasse pela cidade a imagem a ser levada era a de um lugar convidativo, “ordeiro” e de futuro promissor – no que auxiliava o regulamento interno da rodoviária, ao organizar e controlar os indivíduos em seus espaços proibindo a circulação de “bêbados”, “pedintes”, “vendedores ambulantes” e “agenciadores de pensões”, bem como a ocorrência de quaisquer tumultos⁷⁷ nos limites daquela obra anunciada como “mais um marco de progresso para Pouso Alegre... e uma visão de progresso de nossa cidade para os visitantes”.⁷⁸ No entanto, não muito longe dali, a cerca de 100 metros de distância, estava a Zona de prostituição pouso-alegrense.

O fechamento dos diversos pontos que exploravam a prostituição na zona de Pouso Alegre, objeto de ambição do Projeto de Lei 1.704 e dos opositores da zona no decorrer de toda a década de 1970, foi algo que nunca esteve longe das intenções dos moralistas nos anos anteriores. Para que isso ocorresse fazia-se necessário um pretexto forte o suficiente para mobilizar a opinião pública contra a zona de prostituição e a proximidade entre a rodoviária e a zona foi explorada como argumento pela A Folha de Pouso Alegre, que em Novembro de 1969,

⁷⁵ ATUAL administração de Pouso Alegre: novas avenidas nascem na cidade. *O Jornal de Pouso Alegre*. Pouso Alegre, 12 out. 1968. Edição Especial de Aniversário da Cidade.

⁷⁶ ESTAÇÃO Rodoviária. *O Linguarudo*. Pouso Alegre, 03 dez. 1969.

⁷⁷ POUSO ALEGRE. Projeto de Lei 1.491, de 11 de novembro de 1969. Dispõe sobre o regimento interno da Estação Rodoviária de Pouso Alegre. Pouso Alegre: Câmara Municipal de Pouso Alegre/Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, 1969, 12 p.

⁷⁸ RODOVIÁRIA começa a funcionar dia 25. *A Folha de Pouso Alegre*. Pouso Alegre, 23 nov. 1969.

em um texto oportunamente intitulado “A zona do meretrício é um cancro no coração da cidade: onde estão as autoridades competentes?”, publicava o seguinte:

Ligada à estação rodoviária, *teremos como cartão de visita de nossa cidade, a imoralidade, a imundice e a corrupção de costumes* [grifo meu], problema social que tôdas (sic) as cidades vêm cuidando de sanar, enquanto aguardamos novas perspectivas para nossa terra.

Em tom de desafio, o artigo prossegue “esclarecendo” que:

Enquanto o problema se resumia às infelizes que se vêem na contingência de suportar tal calamidade... não esperávamos nada de melhor, mas agora que o meretrício se estende para o centro de *nossa cidade* [grifo meu], ficando a 100 metros de nossa Estação Rodoviária, duvidamos que as autoridades não tomem uma *medida drástica e saneadora* [grifo meu] com respeito à moralização de nossos costumes.

Não podemos admitir que visitantes e passageiros levem daqui a impressão de terem aportado em uma terra onde a moral, a dignidade e o decoro (sic) público é representado(sic) por tal classe de elementos sociais... [grifo meu]⁷⁹

Escrito de modo a revestir a questão da localização do meretrício pouso-alegrense de uma conotação moral que o reforçava como pivô de uma polêmica, o artigo introduziu a zona à população como uma ameaça à modernidade representada pela nova rodoviária, bem como para a “higiene social” da cidade, lançando as bases da cruzada contra a zona.

No acervo de fontes impressas consultado a zona não tem uma única menção antes de 1969 e este dado em questão permite perceber que a zona enquanto objeto de intervenção dos poderes públicos ganha corpo somente quando o problema, antes restrito às “infelizes que se vêem na contingência de suportar tal calamidade”, toca a todos, lançando luz sobre uma relação complexa entre a cidade e o território da prostituição.

No momento em que a prostituição deixa de ser relativamente “invisível”, o discurso moral encontra sua brecha para recusá-la como parte da cidade. O jornal menciona que o problema “se estende para o centro de *nossa cidade* [grifo meu]” e o recurso à terceira pessoa do plural na construção da frase é a chave da mensagem que informa que a cidade em questão, ou melhor, o direito a ela, não é o mesmo reservado às ocupantes da zona.

No reforço desse argumento, o discurso moralista recorre às imagens de degradação relacionadas à prostituição, enfatizando o mal-estar e a “calamidade” no sentido de deixar claro que a “modernidade” de Pouso Alegre é incompatível com a zona, ameaçadora, porque, caso não sejam tomadas providências pelas autoridades, será ela o cartão de visitas pouso-alegrense e não mais a estação rodoviária.

⁷⁹ A zona do meretrício é um cancro no coração da cidade: onde estão as autoridades competentes? *A Folha de Pouso Alegre*. Pouso Alegre, 14 set. 1969.

Como as autoridades pouco se moveram no sentido de colocar um fim na questão da zona, o vereador Sebastião Alves da Cunha abraçou a causa e através de um projeto de lei reuniu uma série de razões pelas quais a prostituição na cidade deveria acabar, solicitando, através de seu texto o fechamento imediato e definitivo de todas as “casas” do meretrício pouso-alegrense.

Cabe ressaltar que os dois únicos documentos oficiais que falam diretamente sobre a prostituição em Pouso Alegre datam do mesmo ano em que a polêmica e as disputas em torno da cidade, tendo a zona como pivô, aumentam: 1972. São eles o Projeto de Lei municipal 1.704, de autoria do vereador Sebastião Alves da Cunha, que dispunha sobre o fechamento das casas do meretrício, e as Atas da Câmara Municipal, que descrevem o cotidiano da cidade a partir do ponto de vista dos bastidores do poder.

Somente através do Projeto de Lei 1.704 a zona adentra a Câmara dos Vereadores em 1972, sendo registradas nas Atas da Câmara⁸⁰ as discussões calorosas travadas entre os vereadores sobre o destino da prostituição na cidade, suscitadas pela apreciação necessária à votação do texto do vereador Alves da Cunha, para o que merecem destaque os trechos abaixo, nos quais se lê o seguinte:

(...) O Dr. Samuel: ‘Devemos proteger o povo pouso-alegrense e não a prostituição. O povo está conosco. Quem está contra está protegendo o lenocínio. *Não queremos a contaminação pelo mau cheiro*[grifo meu]. Os senhores estão defendendo este caso imundo.’ Exaltado, retruca o Sr. Célio: ‘Não estamos defendendo o lenocínio. V. Excia. (sic) está *agravando este tumor* [grifo meu]...’

As divergências continuam acirradas durante a sessão e o vereador Argentino de Paula pede a palavra, expondo seu argumento. Segundo ele:

‘A cidade está *infestada* [grifo meu] de mais de 500 moças decaídas. (...) Devemos respeitar os direitos dessas mulheres... Não tenho procuração para defendê-las, mas vou pelo *lado humano* [grifo meu]. Sou contra a retirada das mulheres de lá. Todos somos iguais perante a lei e devemos tomar precauções sobre o assunto. *Elementos com mais de 10 lotes naquele setor defendem seus interesses pessoais.* (...) *A prostituição é um mal necessário. Construindo-se prédio, darei meu voto favorável. Sem um meio de sobrevivência, sou contra* [grifo meu].’⁸¹

As discussões entre os vereadores contribuem sobremaneira para com a percepção da dinâmica da cidade e para evidenciar até que ponto o discurso moral foi um discurso puramente moralizante, pois nelas estão imbricadas questões como a necessidade da zona, através do

⁸⁰ Foram levantados, no Museu Municipal, os livros de atas das sessões realizadas semanalmente ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, tendo sido fichados e reproduzidos, mediante autorização por escrito, os tomos 121, 123 e 124, com as atas referentes aos anos de 1972 a 1974, de 1975 a 1977 e de 1977 a 1978, respectivamente.

⁸¹ ATAS da Câmara Municipal. Pouso Alegre, 22 de maio de 1972. Museu Municipal Tuany Toledo – Câmara Municipal de Pouso Alegre, tomo 121, p. 1-3 verso.

chavão do “mal necessário”, e a especulação imobiliária, ambas apontadas pela fala do vereador Argentino de Paula.

Todas as referências construídas em torno da doença assinalam-na enquanto metáfora da prostituição, ou melhor, da zona de prostituição. A imagem explorada do tumor pressupõe o seu combate e sua extirpação. O dano à sociedade embasa a necessidade de uma cruzada (SONTAG, 2002, p. 91) e a idéia do salvacionismo, que representam os meios para que o cancro seja removido e a “saúde urbana” restituída.

Porém, se por um lado o debate salientava a questão do controle dos corpos das “mais de quinhentas decaídas” que “infestam” Pouso Alegre e a problemática da “doença social”, por outro, a preocupação com a “sobrevivência” dessas mulheres dá a medida do temor relacionado ao colapso das funções sociais que à zona era necessário cumprir: o de espaço de contenção, de “higienizador social”, e, por conseguinte, o de instrumento necessário para a preservação da ordem em de Pouso Alegre, razões pelas quais, no ano de 1973, por intermédio da Secretaria de Obras, a Prefeitura Municipal viabilizou o projeto de um loteamento a ser erguido em terrenos “... de propriedade da Prefeitura, localizados nas imediações do aeroporto”⁸², cujos lotes deveriam destinar-se à construção de uma nova zona de prostituição⁸³, intervindo diretamente na polêmica na tentativa de viabilizar a desocupação do centro da cidade pelas trabalhadoras e empresárias do sexo, como queriam seus opositores, dando condições para que o meretrício se instalasse, de acordo com o então presidente da Câmara Municipal, Simão Pedro de Toledo, em uma região “longe das casas de família... destinada a sediar as instalações de pequenas indústrias”, como retíficas de motores, fábricas de artefatos de cimento e toldos⁸⁴.

A maneira como a Prefeitura interveio na resolução dos impasses descortina uma medida que, tomada às pressas no sentido de tentar por um fim à polêmica que tirou da “invisibilidade” aquele território intocável da cidade, sobre o qual, oficialmente, pouco se falou até então, simbolizou a institucionalização da zona de prostituição, reafirmando o caráter de utilidade pública do meretrício – confinado, é bom destacar-se – para o município, revelando que a recusa à zona pretendida pelos seus opositores não é, necessariamente, uma recusa moral, apesar de valer-se das cores do discurso moralizante.

Os silêncios e omissões da documentação e da história oficiais serviram para lançar nuvens de fumaça sobre a estreita proximidade e a concepção que tinham as autoridades locais em se tratando da zona, conforme a criação do Loteamento Aeroporto e a demora na intervenção dos poderes públicos na polêmica revelaram anteriormente.

⁸² ATAS da Câmara Municipal. Pouso Alegre, 22 de maio de 1972. Museu Municipal Tuany Toledo – Câmara Municipal de Pouso Alegre, tomo 121, p. 11 verso.

⁸³ POUSO ALEGRE. Lei Municipal nº 1.228, de 18 de Julho de 1973. Loteamento. Prefeitura Municipal de Pouso Alegre.

Recusar a zona era recusar o passado da cidade *em relação* com a prostituição. Recusa que encontra suas bases na negação do “velho”, de que a zona é símbolo, frente ao “novo”, representado pela modernização da cidade. Em contrapartida, a impossibilidade dessa recusa reside na profundidade dos significados do “mal necessário”, respaldado pelas décadas de seus usos, e abusos, mais que na, *para a*, cidade.

Usando e abusando do “mal necessário”: zona de prostituição e marginalidade social

A circulação de prostitutas e “donas de casa” pelos espaços da cidade foi, na medida do possível, tolerada, até a década de 1940, quando, conta Alexandre Araújo, a situação das ocupantes da Zona mudou. De acordo com o depoente:

[...] o delegado, na década de 40, proibiu elas de descerem na Avenida, porque era reclamação das famílias. Nessa época, na Avenida e nas outras ruas... na minha casa, por exemplo: minha mãe punha três, quatro, cinco cadeiras na porta... e as mulheres da vida passando por ali, pra cima e pra baixo. Então, houve reclamação geral junto à delegacia pra que elas não descessem a Avenida. Mas mesmo assim, de vez em quando, elas iam, e o meretrício era restrito naquele setor lá, na rua... rua David Campista⁸⁵, que hoje é Joaquim Coelho Júnior.

Quando a região do meretrício se transformou em lugar de isolamento, passou a vigorar então um mecanismo disciplinar que foi capaz de controlar a “perigosa” mistura dos corpos nos espaços da cidade de maneira que pudesse demarcar os territórios e seus limites, posicionando os habitantes da cidade, cada indivíduo, em seu devido lugar (FOUCAULT, 2002, p. 122-123).

O confinamento da prostituição deu margem a punições espetaculares, em reforço à cartografia do preconceito na cidade. A punição das prostitutas que se “aventuravam” pelos espaços urbanos “decentes” que lhes eram vedados foi significativa, como recorda o memorialista Octávio Gouvêa ao contar que:

Naquele tempo, o lugar onde se reunia a rapaziada, a juventude, era no jardim. Então davam volta no jardim, os rapazes por fora e as moças por dentro. Então, havia aquele... Os olhares se cruzavam: andando, fazendo a volta, um flertava com o outro e dali que surgiam os namoros, etc. E *algumas mulheres, dessas da Zona, se aventuravam a entrar no meio do footing* [grifo meu], andar, tudo... eu me lembro até de um fato... uma dessas tava andando no jardim e um moleque qualquer mexeu com ela. E ela veio com a bolsa, batendo. Foi um escândalo. Na mesma hora veio a polícia e prendeu ela e tudo. *Foi um rolo medonho!* [grifo meu]

⁸⁴ POUSO ALEGRE. Secretaria de Obras e Planejamento Urbano. Loteamento Aeroporto. s.n.t. [sem escala].

⁸⁵ David Morethson Campista nasceu no Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1863. Em 1898 assumiu o cargo de Secretário das Finanças de Minas Gerais. Nomeado Ministro da Fazenda foi um de seus primeiros atos a criação da Caixa de Conversão para a qual foram transferidos os fundos de resgate e de garantia do papel-moeda instituídos em 1899. Ao deixar o Ministério foi nomeado representante diplomático do Brasil na Dinamarca onde faleceu em 12 de outubro de 1911. MINISTROS de Estado da Fazenda. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/rep013.asp>>. Acesso em: 03 mar. 2004.

Vedar a praça principal e as práticas de socialização às “mulheres da zona” aparece como saída à possibilidade de macular a “juventude sadia” da cidade. Mais que isso, porém, impedir a circulação de prostitutas pela praça e pela avenida principal de Pouso Alegre é livrar o seu “coração” da associação direta – e “danosa” – com a prostituição, negação esta que começa na década de 1940 e encontra-se intimamente relacionada à oposição à zona próxima à rodoviária, anos depois, em 1969. Octávio Gouvêa e Alexandre Araújo revelam como o argumento moral incidiu diretamente na questão do centro como “cartão de visitas”, até porque, ao reforçá-lo enquanto a parte principal da cidade, ponto de encontro e de exercício de sociabilidades, o discurso moral também dá a dimensão da cidade como não sendo de todos, lançando mão à exclusão como regulador de seus usos, critério de seleção dos “verdadeiros” cidadãos.

Para tanto, confinar foi tanto uma maneira de limpar a cidade, livrar seus espaços da presença desconfortável das prostitutas, como revela Araújo ao mencionar que sua mãe colocava cadeiras às portas e janelas de sua casa, evitando que a figura e os olhares das “decaídas” adentrassem – e “corrompessem” – o âmbito familiar dos pouso-alegrenses, como de direcionar àquele mesmo espaço marginalizado e suas ocupantes uma função social: a de instrumento de contenção e preservação da ordem nos espaços urbanos, investindo a prostituição de um caráter regulador de tensões sociais em potencial, lugar de exercício da sexualidade masculina e preservação das honras das mulheres “decentes”, como recorda Sebastião Alves da Cunha ao explicar que:

[...] em 1970, 30 anos, 32, 33 anos atrás, a frequência dos jovens era mais, mais via zona, essas coisas... *pra evitar de ter uma tragédia fora* [grifo meu]. Não seria o caso de hoje, porque hoje tá aí na rua, à vontade! Mas naquela época, não. Era difícil. Havia um medo, até das autoridades, de não ter e as pessoas começarem a *partir pra outro campo, usar de outras vias* [grifo meu]. Então, por isso que dizia que era um ‘mal necessário’... na época era um problema seriíssimo!

A zona assumia grande importância na iniciação e vida sexual dos homens pouso-alegrenses, portanto, imediatamente percebida como necessária para a preservação da honra das mulheres, refletindo a cultura de uma sociedade machista, cujos argumentos ao mesmo passo que execravam o “mau exemplo” das “decaídas”, legitimavam a prostituição ao conceituá-la como mal-necessário (RAGO, 1991, p. 168-169).

Todo esse esquema de confinamento e funcionalidade social reforçava, em contrapartida, a fama da zona pouso-alegrense como sendo um grande centro regional de diversão masculina. Conforme relata Moacyr Honorato Reis, “a maior zona da região aqui [Vale do Sapucaí] era Pouso Alegre. Falava em zona na região, era Pouso Alegre!”.

Suas considerações sobre o assunto vão além ao explicar que, com a inauguração da Faculdade de Direito do Sul de Minas, em 1959,

[...] os hotéis ficavam lotados de estudante e após as aulas, na época, então, eles iam aonde? Não tinha nada, lazer nenhum! Era aqui. Eles vinham pra cá, vinha pra cá e ficava aí, amanhecia na farra aí. Conheci muitos deles. Era gente boa, respeitadora, sabe? Vinha pra cá porque não tinha aonde ir, né?! Freqüentaram até mais ou menos na hora de [a zona, até 1982] sair daqui e a maioria era de São Paulo. *Aqui eles deitavam e rolavam. E inclusive o pessoal da soçaita também... Tinha que vir pra cá!* [grifo meu]

Atraídos para a cidade com o auxílio de um corretor de alunos, estudantes de outras regiões, majoritariamente de São Paulo, vinham a Pouso Alegre estudar Direito em um curso de fim de semana, justifica Simão Pedro de Toledo. Com isso, a cidade recebia uma população flutuante que nos momentos de descanso deparava-se com um lugar onde predominavam clubes fechados e exclusivistas⁸⁶.

Na medida em que a cidade se fechava, através de formas de diversão que privilegiavam um isolamento entre as classes sociais, a zona abria-se como um espaço “democrático” ao fazer circular em um mesmo território estudantes universitários, moradores das cidades vizinhas e pessoas da sociedade, como também enfatiza Moacyr Honorato Reis.

Como a zona boêmia era notório ponto de encontro, constituindo lugar importante de interação e exercício da sociabilidade masculina (RAGO, 1991, p. 186), a proximidade da rodoviária embasou a resistência de suas ocupantes frente às investidas de seus opositores e dos moralistas, como bem destaca Poliana de Andrade, que à época trabalhava na Rua David Campista como prostituta. De acordo com ela:

Lá era bom. *Tinha homem o dia inteirinho!* [grifo meu] Lá era o centro, né?! Era a rodoviária, então, tinha muito homem... Lá, parece que, parece que os homens, os freguês, era mais chique, mais... Por exemplo: lá tinha uns que vinha e se gostasse da mulher vinha toda semana.

A resistência das moradoras da zona em abandoná-la relacionava-se à alta rotatividade de homens e ao papel que a rodoviária passou a exercer sobre a vitalidade do meretrício pouso-alegrense. Mergulhando fundo nos significados dessa grande circulação de homens, quando Poliana menciona que “lá tinha homem o dia inteirinho” e Reis ressalta o meretrício confinado enquanto o principal lugar de divertimentos masculinos da região, a zona emerge então como sendo cartão de visitas de Pouso Alegre, um lugar que não deveria passar em branco quando da

⁸⁶ Na cidade, à época, os lugares de lazer eram os clubes direcionados, cada qual, a um grupo social. Eram eles: o Clube Literário e Recreativo, no qual eram realizadas as festas e bailes mais tradicionais da cidade por conta de sua “alta envergadura, como também pela fina sociedade que o freqüenta”; os Clubes de Campo Pouso Alegre e Fernão Dias, fundados em 1959 e no começo da década de 1960, respectivamente; e o Clube 28 de Setembro, freqüentado pela comunidade negra da cidade. POUSO Alegre – reduto de sociedade alegre e sadia. *O Jornal de Pouso Alegre*. Pouso Alegre, 12 out. 1968.

visita à cidade, fosse por mulheres, as quais deveriam evitá-la, fosse pelos homens, os quais, por sua vez, deveriam visitá-la. “Falar em zona na região era falar em Pouso Alegre”, bem lembrou Reis.

Por essa razão, no decorrer das tentativas de fechamento das casas da Rua David Campista prostitutas e “donas de casa” articularam-se em torno de um advogado⁸⁷ e através dele partiram para a ofensiva: ofereceram a Sebastião Alves da Cunha somas em dinheiro para que desistisse de levar a cruzada contra o meretrício à frente. Conforme conta o depoente:

O juiz decretava: ‘fecha a zona’. Então tinha um... advogado, nem vou citar nomes que não seria necessário. Mas ele vinha aqui na época e mandava abrir. Tava dentro do papel dele: era advogado na época e mandava abrir. Pegava um papel com o juiz e abria. Mandava abrir. Então fechava, abria, fechava, abria... chegaram a me oferecer uma barbaridade na época, pra mim largar mão! Me ofereceram, me ofereceram tudo, né?!

Embora nada o demovesse de sua campanha contra a Zona, os 111 lotes disponibilizados no Loteamento Aeroporto ficaram sem compradores até o mês de Agosto de 1973, quando os quatro primeiros interessados procuraram a Secretaria de Fazenda Municipal.

Quando a Prefeitura aprovou a construção do Loteamento Aeroporto, também estipulou que os seus lotes fossem vendidos por quantias simbólicas aos ocupantes da zona, estabelecendo prioridade às compradoras do sexo feminino, de acordo com os ex-prefeitos Simão Pedro de Toledo e João Batista Rosa.

A procura por tais lotes intensifica-se apenas em 1975, conforme os registros do Departamento de Patrimônio⁸⁸, para finalizar-se em 1988, com a venda de apenas um terreno. O desenrolar dessas transações, contudo, tem por trás a atuação de Moacyr Honorato Reis, que, sob o auxílio do chefe do Departamento de Obras à época, Walter Noronha, lançou-se num golpe de especulação imobiliária. Em seu depoimento, Moacyr Reis explica como conseguiu comprar os lotes, apesar das determinações do Executivo.

Segundo ele:

Ninguém [referindo-se às ocupantes da zona] queria sair daqui do centro, aí ficou os lotes lá, né?! Ficou os lotes lá uns seis meses e ninguém queria! Aí, eu tinha um amigo que trabalhava na Prefeitura, ele era o chefe lá

⁸⁷ O advogado, de nome Jorge Beltrão, foi contatado no sentido de ceder depoimento, recusando-se diversas vezes. Os processos judiciais relativos ao fechamento da zona encontram-se arquivados no Fórum de Pouso Alegre e somente podem ser acessados mediante autorização por escrito do advogado, que deve obrigatoriamente conter o número dos processos para consulta, procedimento este que também foi objeto de recusa do advogado.

⁸⁸ Foi levantado um total de 72 certidões de compra e venda de terrenos do Loteamento Aeroporto, registradas entre 1973 e 1988, nos arquivos do Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre. Neles, as compras e as vendas dos lotes apresentam-se da seguinte maneira: 1973, entre os dias 07 e 10 de agosto quatro pessoas adquiriram um total de 15 terrenos; nos meses de abril, maio, junho, agosto e outubro de 1974, novas vendas, com um comprador para cada mês; a partir de junho de 1975 os terrenos do Loteamento Aeroporto começam a ser negociados com frequência pela Prefeitura Municipal, tendo sido observado que o grosso das transações se dá no ano de 1976, com 28 registros de venda, decrescendo em número, de acordo com os anos seguintes: 11 certidões registradas em 1977; 1 em 1983; por fim, 2: 1 em 1987 e outra em 1988.

dessa parte. Daí ele falou: ‘olha Moacyr, se ocê tiver um dinheirinho, compra uns lotes lá, porque daqui uns anos...’. Aí eu fui comprando. O cara chamava Walter Noronha. Ele era chefe lá. Aí eu fui comprando e atingiu mais ou menos uns 60 lotes. [Comprava] de dois em dois, três em três. Comprava no nome de uma mulher e, por exemplo: dava pra ela uma gorjeta, ela me passava uma procuração e eu chegava lá no cartório e fazia a escritura...

Ironicamente, foi o chavão do mal necessário e todo o paradoxo que suas intenções carregavam o elemento que permitiu à zona imbricar-se na vida cotidiana pouso-alegrense a ponto de ser institucionalizada em 1973, conforme exposto anteriormente, e resistir ao discurso moralista, apesar dele, driblando e intrigando, a um só tempo, seus opositores, dando margem para os lances de especulação imobiliária de que são exemplos as ações de Moacyr Honorato Reis e a fala do vereador Argentino de Paula, mencionada páginas antes, ao destacar a posse de mais de dez lotes por uma única pessoa na região da zona.

Os lances especulativos revelaram que a desocupação do centro era processo inevitável, especialmente a partir da segunda metade da década de 1970, quando as vendas de terrenos no Loteamento Aeroporto crescem consideravelmente. Zona e seus opositores travavam embates na imprensa, na Câmara e na Justiça enquanto, silenciosamente, os terrenos da David Campista ganhavam valor com a polêmica. Diminuída a intensidade das resistências das prostitutas e “donas de casa” frente à remoção, quando a zona central começa ser desocupada, suas moradoras deparam-se com o golpe empreendido por Reis.

Além da especulação imobiliária elas deparam-se igualmente com o desenvolvimento da região do Loteamento Aeroporto, através da construção de um conjunto habitacional encarregado de abrigar uma população prevista em 2.185 pessoas⁸⁹. Se a proposta do projeto de lei de 1973, que criava a nova zona, foi justamente afastá-la o máximo possível das “casas de família”, às vésperas da década de 1980 as necessidades da cidade colocaram ao seu redor novamente uma vizinhança “decente”, novas tensões e o recurso a práticas de exclusão que já faziam parte do cotidiano pouso-alegrense de longa data.

Orgulho e preconceito: relações cotidianas com a zona de prostituição

Enquanto a especulação imobiliária tirava proveito da resistência das ocupantes da zona em abandonar o centro da cidade, a polêmica contra a zona reforçava práticas de exclusão que autorizavam e atualizavam preconceitos.

A sociedade pouso-alegrense, nesse sentido, foi generosa nas demonstrações de intolerância a esses indivíduos marginais, não sabendo conviver com eles de outra forma que não

⁸⁹ CARVALHO, Fábio. Projeto urbanístico: Conjunto Habitacional João Batista Pereira Bernardes. Chapadão. Modelo 4.1. S.l.: COHAB-MG, 1977. Escala 1:1000.

estivesse pautada na estereotipia, classificação, distribuição e isolamento da diferença incômoda (GUATARI, 1986, p. 122).

Nesse sentido, Horma Valadares Meireles, ex-diretora do Conservatório Estadual de Música de Pouso Alegre relata uma história de exclusão que revela a profundidade do preconceito como fronteira.

Lembrando seus anos à frente da instituição, a depoente conta que um grupo de três moradoras da Zona boêmia havia procurado por ela, certa vez, com a iniciativa de se matricular na escola de artes e continuar os seus estudos. Porém, a inclusão dessas novas alunas daria início a um grande “mal-estar” envolvendo a ex-diretora, suas alunas e as autoridades da cidade. Nas palavras de Horma;

Quando começaram a freqüentar as aulas, a coisa foi tão feia! Eu fui chamada em tudo que era canto. Deu pra perceber que a sociedade não aceitava. Nossa! Foi uma coisa muito dolorosa pra mim... uma coisa muito triste, muito triste. (...) As autoridades falavam: ‘Olha, você está fazendo mal. *Você está misturando com pessoas da sociedade que freqüentam. E eles não vão gostar da mistura, gente de certo nível.* [grifo meu] Não vão gostar!’. Tive que respeitar: não era eu, de fora, não-pouso-alegrense que iria vir aqui e impor as minhas regras...

No mesmo sentido, vale acrescentar outra história de segregação, tendo como cenário, desta feita, um salão de beleza da cidade.

Josefina Francisca de Almeida esclarece que em Pouso Alegre, durante as décadas de 1960 e 1970, existiam quatro salões de beleza, tendo sido mais famoso o ‘Salão da Ilma’. Freqüentado por pessoas de várias classes sociais, nele, contudo, havia um dia reservado somente para o atendimento das moradoras da Zona boêmia, prática iniciada devido à reação da clientela “decente”.

Josefina relembra a história da seguinte maneira:

[...] naquela época, a gente não trabalhava com hora marcada. Então às vezes tinham oito a dez pessoas, esperando pra fazer unha, pra ser atendida, e no salão elas eram muito discretas. Não falavam quase nada. Mas a gente sabia. E as outras pessoas, elas não gostavam muito. Mas a Ilma sempre dizia: ‘Eu tô de portas abertas, não posso deixar de atender. Enquanto elas estiverem respeitando o ambiente eu vou atendendo. O dia que elas não respeitarem eu peço pra elas se retirarem’. Mas isso nunca aconteceu. Então, elas [as freguesas ‘decentes’] ficava reclamando... e elas também tinham medo de doença, até que no final dos tempos a Ilma marcava um dia só pra elas... acho que era dia de semana, começo de semana que era mais folgada. Numa segunda ou terça, e elas [as moradoras da Zona] acharam bom. Não acharam ruim não.

Ambos os depoimentos trazem lugares freqüentados por uma diversidade de pessoas muito grande, democratizados e abertos à mistura social. Mas não moral. Abruptamente, são introduzidos elementos de exclusão através do preconceito com relação às trabalhadoras do sexo.

A questão levantada era justamente o perigo da mistura dos corpos e a confusão dos papéis sociais.

No caso do Conservatório, permitir que mulheres da Zona frequentassem um mesmo espaço do qual fazia parte “gente de certo nível”, “da sociedade”, significava um rebaixamento moral da instituição, a qual autorizava o convívio combatido durante décadas entre as “decaídas” e a “fina flor” da cidade. Significava, também, uma ameaça à moral das mulheres “decentes”, que poderiam ter suas condutas associadas às das trabalhadoras do sexo tão somente por estarem sob um mesmo teto durante um curto espaço de tempo. O mal-estar foi tamanho que se tornou motivo da intervenção das autoridades pouso-alegrenses, no sentido de dar um fim àquela mistura que se mostrava inconcebível e que – importante destacar – rompia com uma tradição de segregação.

Já no salão de beleza, o preconceito foi mais longe. Era explícita a relação entre a mistura dos corpos e o risco do contágio por doenças, sendo associadas às trabalhadoras do sexo, como notavelmente revela o depoimento, imagens de degradação, de potenciais vetores de doenças. Além disso, ali, naquele espaço onde todas deveriam esperar a sua vez para serem atendidas, era mais do que necessário o exercício do papel de “mulher decente” por parte das moradoras da Zona, posto que o respeito era condição primeira para que fossem incluídas naquele estabelecimento e toleradas.

Toleradas, não respeitadas. O respeito por parte do outro lado da fronteira, do lado “decente”, não era hábito dos mais comuns, conforme revelam as entrelinhas do depoimento de Josefina de Almeida, visto que quando da escolha de um dia em separado para o atendimento de prostitutas e “donas de casa”, estas receberam a “novidade” não com revolta, mas com aprovação.

Permeando a tensa e complexa relação entre a cidade e a prostituição encontrava-se uma massificação das diferenças, uma homogeneização dos comportamentos e do caráter de cada pessoa a quem cumpria o confinamento na Zona de prostituição. Não interessava, em nenhum momento, se as trabalhadoras do sexo quisessem retomar os estudos ou se elas sentir-se-iam incomodadas com o estabelecimento de um único dia para cuidar de sua aparência, isoladamente, em um salão de beleza frequentado por pessoas de “nível” em Pouso Alegre.

Menos ainda se elas, as prostitutas e “donas de casa”, eram saudáveis, independentemente de qual trabalho desempenhavam. O que importava era o rótulo que pesava sobre elas, atribuindo-lhes “procedência” – a “má procedência”, no caso – e a imagem de degradação que sempre procurou deixar-se nitidamente associada ao meretrício, no sentido de afirmar as fronteiras morais existentes entre os territórios urbanos e as práticas culturais que foram marcas de cada um deles. Fronteiras morais evocadas na década de 1980, tanto por parte da vizinhança

residencial, através do conjunto habitacional que se avizinhou à zona, como por parte dos moradores da David Campista “moralizada”.

João Raimundo do Nascimento e sua esposa, Maria de Lourdes expõem a maneira como as fronteiras simbólicas da cidade se colocaram para eles quando da mudança para o conjunto habitacional São Cristóvão. De acordo com os depoentes era comum que seus antigos vizinhos, na região central, lhes dissessem que estavam “ficando loucos” por terem escolhido morar no bairro vizinho à zona, tendo quatro filhas.

Era incômodo e ameaçador ter como vizinha a zona do meretrício porque o perigo da corrupção moral rondava o tempo todo, no senso comum, as famílias com moças, que cresceriam perto daquele ambiente “imoral”. Todo esse medo refletia tanto o rápido desenvolvimento da cidade como também assinalava a manutenção de preconceitos arraigados nas suas práticas cotidianas.

Nessa relação de fronteira, entretanto, um ponto comercial sobressaiu-se como arena de conflitos. A padaria, no lado “decente”, tornou-se o cenário de enfrentamentos na medida em que também passou a ser o lugar onde se expressava a exclusão das ocupantes do Loteamento Aeroporto, como reforça Benedito Pereira de Andrade, ao dizer que:

Tinha discriminação. Era discriminado. Ah! Se elas [as mulheres da zona] estivessem na padaria, uma mulher que era dona-de-casa, e chegasse uma menina, assim, que era da Zona, elas ia embora e xingava, saía de perto. Depois foi respeitando mais, mas discriminava. Tem uma até que eu esqueço o nome dela, uma tal de Gaúcha: ela foi expulsa de dentro da padaria... ela foi expulsa de dentro da padaria! Vi muitas delas apanhar das moradoras. Apanhar das moradoras por causa de ciúme dos maridos. Não conseguia segurar os maridos, né?!, aí batiam nelas. Depois apanhavam do marido [risadas] e o marido ia pra outro lugar.

Em uma cidade habituada com a discriminação e o peso do discurso moral, não é difícil perceber por que os moradores do conjunto habitacional se sentiam tão ultrajados com aquelas mulheres invadindo espaços nos quais, durante muito tempo, foram impedidas de circular. Como o cotidiano de exclusão e marginalidade fornecia a impressão de não haver lei e direitos para as ocupantes da zona, esta era encarada como “território de ninguém”, dando margem para a necessidade de “cuidados” na mudança para o conjunto habitacional São Cristóvão. E se as punições espetaculares da polícia já não eram mais freqüentes, buscava-se uma maneira de fazer-se justiça com as próprias mãos.

Ocorre que a necessidade colocava para os moradores do conjunto habitacional novas formas de sociabilidade, que embaralhavam as fronteiras morais, como recorda Vera Lúcia da Silva ao explicar o seguinte:

Depois que eu comecei a olhar menino, começou muita gente. Começou muita gente a querer olhar criança, lavar roupa, porque na hora que viu que

tinha que ganhar dinheiro também começou gente a pegar roupa pra lavar, olhar criança. E tinha mulher que morava na rua de lá [aponta para a rua de cima] e começou a fazer ponto lá [apontando para a direção do Loteamento Aeroporto]!

Mulheres e homens do conjunto habitacional encontraram facilidades para suas práticas com a proximidade da zona; aquelas, trabalhando como prostitutas – algo longe dos padrões relativos à zona no centro da cidade, como as práticas de discriminação e identificação dos papéis sociais subentendem; aqueles, desenvolvendo laços extraconjugais. Assim, não só as ocupações informais, como também a prostituição passou a fazer parte da vida dos moradores do conjunto habitacional São Cristóvão, em contraposição à nova dinâmica instaurada na região central na década de 1980.

O polêmico processo envolvendo sua moralização, iniciado nos idos de 1969 pela imprensa local, incluindo aí os esforços dos moralistas pelo fim da Zona de prostituição central, bem como pelo estabelecimento de uma vizinhança estritamente “decente”, coroava-se de êxito em 1988 com a aprovação de uma lei municipal que dispôs sobre mudança no nome da “rua da Zona”, em cujo texto, especificamente no artigo 1º, lê-se:

Passa a denominar-se ‘Rua Dr. Joaquim Coelho Júnior’ – (Advogado: 1902/ 1987) a ‘Rua David Campista’, em toda a sua extensão, rua esta localizada no centro, com início na ‘Rua Cel. Pradel’ e com fim na ‘Rua do Rosário’.⁹⁰

A necessidade de uma intervenção legislativa no sentido de modificar o nome da rua refletiu, sobremaneira, a preocupação de seus novos moradores com relação ao estabelecimento da nova identidade da Rua David Campista, ameaçada pela “má fama” que pesava sobre a via pública. Para tanto, comenta João Evaristo Pinto, morador “decente” da Rua David Campista, que:

Mudou o nome pelo seguinte, tinha que mudar né?! A gente saía, por exemplo, minhas filhas e as famílias que moravam, que mudaram pra cá, às vezes ia num lugar, pra fazer um cadastro, um currículo, qualquer coisa, aí perguntava: ‘Oê mora aonde?’. Falava: ‘Rua David Campista’. Aí ficava meio suspeito, porque rua David Campista era meio suspeito. [grifo meu] Aí mudou de nome, melhorou. Aí já ficou... acabou aquela suspeita. ‘Onde oê mora?’ ‘Na rua Joaquim Coelho Junior!’ Melhorou, mas até hoje ainda usa Joaquim Coelho Junior como antiga David Campista [grifo meu]. Mas todo mundo sabe que aqui não tem mais nada. Faz vinte anos que acabou, então não existe mais, hoje a rua é familiar. Tem uma igreja aqui, ó [sinalizando com um dos braços]: a igreja Assembléia de Deus. Então, hoje não tem nada, tem comércio aí. Então, hoje, não tem nada suspeito aqui.

É significativo perceber que nem mesmo os mais de vinte anos da desativação da Zona no centro da cidade foram capazes de atenuar seu sentido para Pouso Alegre. Apesar das

residências, pontos comerciais e da igreja evangélica, que agora lhe são referências culturais, como ressalta o depoente, a Rua Doutor Joaquim Coelho Júnior continuou sendo associada àquela rua “suspeita”, que estigmatizava mesmo os seus novos moradores, “decentes”, com o peso do passado que lhe foi característico, evidenciando a lentidão que acompanha a construção dos novos referenciais de identidade e o papel da lei nesse processo, cujo propósito não foi outro senão acelerá-la.

Toda a história da David Campista deveria desaparecer por completo, tão logo se procedesse à aprovação da mudança em seu nome. Isto porque, após o assassinato⁹¹ da última “dona de casa” da Rua David Campista e o fechamento da única “pensão” que insistia em funcionar apesar de a vizinhança já ter se tornado estritamente residencial, o crescente número de casas “decentes” teve de conviver com os clientes de outras cidades, que, desinformados, até meados da década de 1980 indagaram os novos moradores sobre o silêncio reinante naquela rua que outrora era envolvida por uma sonoridade particular, constituída por gargalhadas, gritos e música alta, gerando a necessidade de afixar faixas onde fosse possível ler-se “casa de família”, ao que recorreu o próprio João Evaristo, conforme recordou.

Nessa mesma época, a população urbana de Pouso Alegre já havia crescido para a casa dos 50 mil habitantes⁹² por conta da rápida industrialização implementada no decorrer das décadas de 1960 e 1970⁹³. E a cidade, nesse rastro, era outra com relação àquela encontrada nas fontes que datam do final da década de 1960, quando a polêmica da zona apenas iniciava-se.

Apesar das mudanças, as necessidades de distinção entre as identidades “decentes” e “imorais” permaneceram mesmo após o fim da Rua David Campista, como revelou João Evaristo Pinto. E em regiões longe dela também, como evidenciaram também os episódios vividos no conjunto habitacional São Cristóvão: expressões das rupturas e permanências nas práticas e representações sociais da exclusão.

⁹⁰ POUSO ALEGRE. Lei Municipal nº 2.287/88, de 26 de outubro de 1988. Denominação de via pública: “Rua Dr. Joaquim Coelho Junior” – (Advogado: 1902/1987).

⁹¹ De acordo com os depoimentos de João Evaristo Pinto e Moacyr Honorato Reis, a “dona de casa” Margarida Leite foi assassinada por um rapaz que mantinha relacionamento amoroso com uma das mulheres que trabalhavam em sua casa. Segundo os depoentes, a motivação do crime foram as dívidas contraídas pelo rapaz junto de Margarida Leite, sua agiota.

⁹² De acordo com dados do IBGE, na década de 1970 a população urbana de Pouso Alegre era de 29.224 habitantes, praticamente dobrando este número na década de 1980, quando atingiu a marca de 50.826 habitantes. No campo, decréscimo: em 1970, a população rural era compreendida por 8.846 habitantes para, na década de 1980, chegar ao patamar de 6.536 habitantes. POPULAÇÃO residente por sexo e situação – tabela 202 (1970, 1980, 1991). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 mar. 2004.

⁹³ Apesar de serem observados a nível nacional os fenômenos do êxodo rural e do grande crescimento das cidades no período estudado, os dados estatísticos relativos a Pouso Alegre revelam descompasso, já que o crescimento urbano foi extremamente desproporcional à diminuição de moradores da zona rural. Isto porque o aumento no número de moradores urbanos e sua expansão estão relacionados ao afluxo de novos moradores, provenientes em sua maioria do estado de São Paulo, em decorrência do rápido processo de industrialização, da abertura de novos postos de trabalho e da carência de mão de obra especializada na cidade (FREITAS, 2003).

Mudar de cara e não mudar de alma: dimensões e significados do viver urbano

Os dezenove anos de recorte compreendido pelo período de 1969 a 1988 descortinam uma cidade em processo de modernização, que tomou a industrialização como chave do seu desenvolvimento e escolheu, através do discurso moral e do discurso do progresso, aqueles que deveriam fazer parte dessa nova realidade, pano de fundo perfeito, do qual deveria ser apagada a zona.

Entretanto, em sua pequenez marginal, a zona de prostituição acabou maior que a cidade industrial, que o progresso, que a modernidade. Aparelho disciplinador e higienizador social, território de divertimentos necessário ao exercício da sociabilidade e sexualidade masculinas, destaque no imaginário local, objeto de temor, ojeriza, desconhecimento, e, por isso mesmo, passível de exclusão, a zona foi tão significativa em sua “insignificância” que, além de revelar uma disputa pelos espaços urbanos, através dela é possível apreender-se um processo de confrontação entre o “moderno” e o “antigo” que se expressa, justamente, na relação desta cidade – que a recusa, mas teme abandoná-la – com a prostituição, concebida como “mal necessário”, porque instrumento que colabora fundamentalmente para com a manutenção de seu caráter “ordeiro” e “progressista”.

A construção de novas práticas e representações do viver urbano para o futuro esbarrou nas práticas e representações do viver urbano do passado tornando a cidade – elemento historicamente produzido – personagem e alvo de disputas entre seus diferentes sujeitos em confrontação, na arena do cotidiano, pela afirmação de suas identidades, usos e intenções acerca dos diferentes territórios urbanos exibindo em que medida Pouso Alegre mudava de cara sem mudar de alma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed., rev. Pref. Ecléa Bosí. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREITAS, J. M. de. *Migrantes paulistas no Bairro da Árvore Grande*. 2003. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História Social) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Eugênio Pacelli, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre.

GOUVÊA, O. M. *A história de Pouso Alegre*. Pouso Alegre: Grafcenter, 1998.

GUATTARI, F. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. (Série Interpretações da História do Homem, v. 2).

MATOS, M. I. S. de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS, M. H. *Memórias de um bom malandro*. Pouso Alegre: Graficenter, 1993.

ROLNIK, R. *Cada um no seu lugar!:* São Paulo, início da industrialização: geografia do poder. 1981. Dissertação (Mestrado em História Urbana) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. História urbana: história na cidade?. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. A. de F. (Org.). *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, 1992. p. 27-29.

RONCAYOLO, M. Cidade. In: *Região*. S.l.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. p. 396-487. (Enciclopédia Einaudi; 8).

SONTAG, S. *A doença como metáfora*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

Fontes Orais

ALEXANDRE ARAÚJO: pouso alegre, 83 anos, ex-secretário executivo da Câmara Municipal de 1964 a 1989, fundador e responsável pela Galeria da Câmara, em 1984, atualmente Museu Municipal Tuany Toledo, sob sua coordenação. É um dos principais memorialistas de Pouso Alegre. Entrevista realizada em 10 de abril de 2002.

BENEDITO PEREIRA DE ANDRADE: natural de Estiva-MG, 60 anos, lavrador. Foi um dos primeiros moradores das imediações da Zona de Prostituição do Capim Gordura. Entrevista realizada em 9 de julho de 2003.

HORMA DE SOUZA VALADARES MEIRELES: paulistana, 72 anos. Esteve à frente do Conservatório Estadual de Música de Pouso Alegre entre 1961 e 1984. Entrevista realizada em 2 de dezembro de 2003.

JOÃO BATISTA ROSA: natural de Estiva, 72 anos, empresário e advogado. Formado em Direito pela PUC-SP. Foi prefeito de Pouso Alegre pela ARENA de 1976 a 1982 e pelo PTB entre 1993 e 1997. Foi em sua gestão 1976-1982 que se deu a transferência da Zona Boêmia para a periferia da cidade. Entrevista realizada em 25 de abril de 2003.

JOÃO EVARISTO PINTO: pouso-alegrense, 59 anos, barbeiro. Foi um dos primeiros moradores a estabelecer residência na antiga rua da Zona no sentido de “moralizá-la”. Entrevista realizada em 2 de julho de 2003.

JOÃO RAIMUNDO DO NASCIMENTO e MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO: naturais de Santa Rita do Sapucaí-MG e Brasópolis-MG, 72 e 76 anos, respectivamente. Foram

os primeiros vizinhos da Zona e proprietários do bar-mercearia mais antigo do São Cristóvão. Entrevista realizada em 17 de janeiro de 2003.

JOSEFINA FRANCISCA DE ALMEIDA: natural de Borda da Mata-MG, 55 anos. Trabalha em Pouso Alegre como manicure desde 1965. Entrevista realizada em 2 de dezembro de 2003.

MOACYR HONORATO REIS: pouso-alegrense, 75 anos, barbeiro aposentado. Costuma referir-se a si próprio como ex-gigolô devido seu passado de experiências boêmias pelas zonas de prostituição de São Paulo, Rio de Janeiro e de Pouso Alegre. É responsável pela “memória oficial” da prostituição. Em 19993 publicou suas memórias escritas sob o título de “Memórias de um bom malandro”. Entrevistas realizadas em 10/28 de maio de 2002 e em 21 de dezembro de 2003.

OCTÁVIO MIRANDA GOUVÊA (falecido, 1928-2003): pouso-alegrense, é apontado como um dos mais importantes escritores sobre a história de Pouso Alegre. Entrevista realizada em 6 de setembro de 2002.

POLIANA DE ANDRADE (pseudônimo): natural do estado de São Paulo, trabalhou como prostituta na David Campista e como “dona de casa” no Capim Gordura”. Entrevista realizada em 9 de janeiro de 2003.

SEBASTIÃO ALVES DA CUNHA: pouso-alegrense, 62 anos, atualmente é proprietário de uma casa de materiais para pesca. Foi vereador em 1970, pela ARENA, deixando o posto somente em 1989, tendo sido reeleito várias vezes, sucessivamente. Entrevistas realizadas em 21 de julho de 2003 e 22 de janeiro de 2004.

SIMÃO PEDRO DE TOLEDO: pouso-alegrense, 66 anos, advogado, ex-professor da Faculdade de Direito do Sul de Minas, em Pouso Alegre, onde atuou por mais de 25 anos, a partir de 1964. Foi vereador, presidente da Câmara Municipal e prefeito de Pouso Alegre entre 1973 e 1976, pelo MDB, posteriormente, filiado ao PTB, entre 1983 a 1987. Pelo mesmo partido foi eleito deputado estadual duas vezes. Atualmente ocupa cargo de presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2004.

VERA LÚCIA DA SILVA: natural de Itabiru-MG, dona-de-casa, 59. Foi uma das primeiras moradoras do Conjunto Habitacional São Cristóvão e uma das primeiras mulheres a prestarem serviço de babá e manicure às ocupantes do Loteamento Aeroporto. Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2003.

Abstract: This article aims to discuss the tense relationship established between the Minas Gerais state city of Pouso Alegre and its prostitution zone in the years from 1969 to 1988, that were marked by a moral campaign against prostitution zone at the same time city experienced modernity and progress, reinforcing invisible borderlines and prejudices throughout negative or “necessary evil” based social presentation on prostitution and its zoning.

Keywords: prostitution zone and urban territory; prejudice and symbolic borderlines; oral history and press